INSTÂNCIAS CRIMINAL E ADMINISTRATIVA — INDEPENDÊNCIA

— A Administração e a Justiça podem chegar a conclusões diversas sobre os mesmos fatos, dentro dos limites da respectiva competência, sem que a decisão de uma esfera invalide a decisão da outra, ou nela influa preponderantemente.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º 661

Em 26 de março de 1945. — Excelentíssimo Sr. Presidente da República :

Lúis Glaysman solicitou reconsideração do ato pelo qual foi demitido, a bem do serviço público, de acôrdo com o item VI do art. 239 do E. F., do cargo da classe F da carreira de Detetive do Q. P. do M. J..

2. Examinando o assunto, verificou o DASP que procedem inteiramente as razões aduzidas pelo M. J., para opinar pelo indeferimento do pedido em apêço.

3. Realmente, não pode ser acolhida, em face do princípio pacífico, mencionado por aquêle Ministério, quanto à interindependência das instâncias criminal e administrativa, a argumentação expendida, contrariamente a êsse sentido, pelo interessado.

4. Já por diversas vêzes tem entendido o DASP, com sólidos fundamentos doutrinários e integral aprovação do Senhor Presidente da República, que a Administração e a Justiça podem chegar a conclusões diversas sobre os mesmos fatos, dentro dos limites da respectiva competência, sem que a decisão de uma esfera invalide, ou mesmo influencie, a sentença da outra.

5. E' óbvio que o poder disciplinar do Estado se diferencia, quer pelos objetivos da repressão, quer pela natureza das penas, e, ainda, pelo âmbito de aplicação, do *jus puniendi* que êsse próprio Estado exerce em benefício da ordem e da paz social, sobre a comunidade dos cidadãos, através de outros instrumentos, adequados aos fins perseguidos.

6. Idêntico raciocínio deve prevalecer, em se tratando de sentença proferida pela Justiça especial, cujo caráter específico mais acentua a órbita restrita de sua jurisdição.

7. O fato de ter sido arquivado, por solicitação do Ministério Público, o inquérito policial instaurado contra o requerente e outros, não acarreta qualquer efeito sobre a decisão administrativa, que o considerou passível de uma penalidade, expressamente estabelecida pelo E. F., para todo o servidor que transgredir determinadas normas funcionais, configuradoras de infração disciplinar.

8. Ordenando o arquivamento daquele inquérito, o que o Tribunal de Segurança Nacional decidiu foi que não havia, no mesmo, indício de culpabilidade do requerente quanto ao delito de natureza especial, previsto no Decreto-lei n.º 4.786-42, e que lhe fôra imputado.

9. Nada deliberou aquêle «grégio Tribunal, e nem poderia fazê-lo, no tocante à pena administrativa, a qual foi aplicada através do meio legal apropriado, por autoridade competente, no pleno exercício de suas atribuições.

10. Aliás também o Poder Judiciário já reconheceu, cabalmente, "o princípio da autonomia das jurisdições penal e administrativa", de acôrdo com o qual, desde que houve processo administrativo, em que se apurou falta causadora de demissão, ato do Governo, não pode ser anulado pelo Poder Judiciário, pouco importando que o funcionário fôsse impronunciado ou absolvido em processo criminal" (acórdão do Supremo Tribunal Federal, de 15-6-20. *in Arquivo Judiciário*, vol. 15, pág. 271).

11. Ora, constituindo o arquivamento do inquérito policial aludido o único argumento novo, apresentado pelo requerente, para justificar seu pedido de reconsideração, não cabe deferir-se êste, dada a manifesta inconsistência da alegação em que se baseou.

12. Cumpre acentuar, finalmente, que, não tendo o suplicante oferecido outros argumentos, de contestação às provas colhidas no inquérito administrativo a que respondeu, persiste o mérito das mesmas como justo fundamento para a penalidade imposta.

13. Em virtude dessa circunstância, desnecessário se torna o reexame da situação do postulante, frente aos elementos probatórios constantes do referido inquérito administrativo, subsistindo a sua responsabilidade, já afirmada pelo Senhor Presidente da República, ao assinar o decreto de demissão, a bem do serviço público.

14. O DASP opina, como também o fêz o M.J., pelo indeferimento do pedido de reconsideração, formulado por Luís Glaysman, encaminhando-se o processo àquele Ministério para ser arquivado. — *Luiz Simões Lopes*, Presidente.

Aprovado. Em 28-3-45. — G. VARGAS.